

**SUBDESENVOLVIMENTO,  
NEOLIBERALISMO E TRADIÇÃO  
GOLPISTA NO BRASIL: ELEMENTOS  
DE UMA FORMAÇÃO SOCIAL  
ELITISTA E A DERRUBADA DE  
GOVERNOS DE BASE POPULAR NO  
BRASIL CONTEMPORÂNEO**

*Nicolle Bruno Bressane<sup>1</sup>*

*Wanderley Todai Jr<sup>2</sup>*

**RESUMO:** O poder imperialista das classes dominantes burguesas impõe para os países subdesenvolvidos os efeitos mais devastadores da implementação dessa política tipicamente neocolonial mais avançada. No Brasil, há todo um aparato internacional imposto para que governantes, gestores da máquina do Estado e dos interesses economicamente dominantes, mantenham a perversa lógica neoliberal a pleno funcionamento, enriquecendo as elites nacionais e internacionais, a partir da profunda exploração da força de trabalho barata, da retirada de direitos e da apropriação privada dos recursos das empresas públicas. Sob a hegemonia dos grandes proprietários do capital, e quando não diretamente corrompidos pelas corporações internacionais e nacionais, os governos eleitos pelo sufrágio têm apenas uma opção sob este cenário, que é se render e conduzir uma política de pobreza, desigualdade e morte – sempre sobre um mito, o mito fundador do livre mercado – ou cair sob o golpismo mais demagógico e envelhecido, por não estar disposto a devastar abertamente os direitos sociais brasileiros.

---

<sup>1</sup> Nicolle Bruno Bressane é graduada em Direito. Apresentou monografia para a conclusão do curso de Direito com o tema: “ESBOÇO DE UMA CRÍTICA AO DESMONTE DOS DIREITOS SOCIAIS NO MODELO NEOLIBERAL: uma análise sobre o direito à educação no Brasil atual”, além de ter participado do Programa de Monitoria da Universidade Padre Anchieta na disciplina de Ciências Políticas e membro do grupo de estudos sobre “Estudos Avançados em Teoria Política”, sob coordenação do professor Me. Wanderley Todai Jr.

**PALAVRAS-CHAVES:** neoliberalismo, subdesenvolvimento, derrubada de governo no Brasil

**ABSTRACT:** The colonialist-imperialist power of the bourgeoisie that runs the world throws to undeveloped countries the most devastating effects of this politics implementation. The populations of the United States and Europe are also affected but there is a particularity about the consequences suffered by the poorest populations of the globe. In Brazil there is an internationally imposed apparatus so that the government, even if democratically elected, rule to keep the neoliberal system working exactly as it should, under the menace of suffering a coup, enriching the foreign bourgeoisie – and a bit of the local one – and devastating social rights acquired by the Brazilian people, becoming a poverty policy, inequality and death.

**KEYWORDS:** neoliberalism, underdevelopment, deposition of government in Brazil

## INTRODUÇÃO

O surgimento do modelo capitalista de produção no mundo junto da derrubada do sistema feudal entre os séculos XV e XVIII foi acompanhado pela expansão global do poder colonial-imperialista da classe dominante burguesa, que dará o tom do discurso

<sup>2</sup> Wanderley Todai Junior é professor de Teoria Política, Sociologia do Direito, Sociologia Geral, Teoria do Estado e História do Direito na Faculdade de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta, Jundiá. É graduado em Direito, Especialista em Sociologia e Mestre em Sociologia. Conduz pesquisa sobre a Teoria Ontológica de Georg Lukács, Imperialismo, Teoria da Dependência e a América Latina e Marxismo e Psicanálise.

econômico, político e ideológico, nesta nova ordem histórica. Esta classe dominou e ainda está a dominar os recursos fundamentais, sem os quais nenhuma vida humana pode ser reproduzida: a terra, a tecnologia, o comércio e o sistema financeiro. Desta forma, ela impõe seu poder acima de quaisquer interesses outros, indiferente a qualquer necessidade social que não esteja diretamente relacionada à sua intrínseca condição de acumular capital privado em escala infinita, indiferente às regras relativas ao interesse público, às garantias trabalhistas e sociais e ao mínimo de segurança social, que não passe pela sua compulsão obsessiva de acumular. Não se curva às necessidades coletivas, faz do Estado seu domínio pessoal e da democracia, uma forma política de frustração e confusão pública que a serve. Silencia e dissimula sobre seus claros limites em distribuir a renda e gerar condições de reprodução minimamente dignas para a maior parte das pessoas que se encontram sobre sua tutela, assim como, nesta quadra histórica a que se refere este artigo, tem feito decrescer também a qualidade de vida daqueles que se achavam favorecidos pelo sistema social do capital e que compunham extratos sociais de renda média, como gerentes de bancos, profissionais liberais, em geral, trabalhadores com maior qualificação e registro de trabalho, funcionários públicos etc.

Já no Brasil, há divergências entre os estudiosos da história e da sociologia sobre em qual momento o capitalismo começou a

funcionar por aqui, contudo, não há como negar que desde a invasão de Portugal, o país foi essencial para a manutenção do sistema capitalista nos países centrais da Europa. Ou seja, o Brasil nunca foi algo fora do sistema econômico, nunca foi um país feudal, como alguns tentaram supor. As colônias foram geradas justamente para integrar o vasto processo de acumulação mundial do capital, por meio de articulações com polos econômicos dominantes da Europa (MAZZEO, 2015). O Brasil, desde sua fundação como país integrante do sistema econômico mundial, constituiu-se como um polo de propriedade extrativista de acumulação de capital, fazendo parte estrutural do sistema produtivo global do capitalismo, na forma de uma fazenda de extração dominada por elites internas dependentes, vinculadas em seus interesses a este esquema de subordinação global às elites hegemônicas que retiravam daí a sua força política, ideológica e econômica. Enquanto colônia que se utilizava de força de trabalho escravo, o Brasil não deveria ser classificado como um país estritamente capitalista, no sentido de que seu status de colônia escravista o colocava numa posição bastante particular em relação às liberdades existentes nos países europeus, além de ser um país com atraso na forma das organizações sociais e econômicas e na burocracia pública.

Independentemente do momento em que o Brasil tenha se tornado um país capitalista de fato, pode-se afirmar que sempre seguiu a

tendência capitalista europeia e norte-americana (mais tardiamente), em função da organização historicamente parasitária de suas elites dependentes, buscando copiar os modelos lá existentes, sem observar suas particularidades “num processo de transição condicionado pelos dinamismos do mercado mundial e marcado pela adaptação do sistema colonial aos novos tempos” (BEHRING, 2009, p. 76), sempre de modo com que estas mudanças conservadoras terminassem por reproduzir suas contradições internas mais profundas e antigas, fazendo com que o modelo ideal – europeu ou norte-americano, ideal inclusive nestas próprias regiões – aparecesse sempre como uma tentativa novamente frustrada pela sua condição histórico-estrutural subdesenvolvida.

Apesar de seguir esses modelos ideais pré-constituídos, o Brasil assistiu um cenário significativo de transformações particulares que vão da crise de 1929 à derrubada do governo João Goulart, em 1964. Neste período, houve um salto de modernização nacional, a partir da ruptura relativa e o posterior acordo com esses modelos, que elevou a capacidade tecnológica e institucional internas. Foi nesse mesmo período que o Estado brasileiro investiu em sua industrialização, como uma alternativa econômica ao monopólio da atividade agroexportadora que dominava o país até então e conseguiu seus saltos de modernização, que depois vieram a compor certa complexidade

econômica e uma renda social média. Contudo, o período de industrialização e investimentos internos foi relativamente curto, tendo em vista que o processo de desenvolvimento foi frustrado pelas próprias elites nacionais, dependentes e vinculadas ao poder norte-americano no Brasil e à Doutrina Monroe, e que encerraram, com o golpe de 1964, esse processo de desenvolvimento, levando o país de volta ao seu lugar de neocolônia extrativista e exportadora.

No que se seguiu, a ditadura burguesa-militar ampliou as contradições nacionais, ao escolher um modelo de interesse muito antigo das elites golpistas que ampliava a renda do capital e dos latifundiários, enquanto restringia o acesso aos ganhos salariais e de renda, por parte das massas populares e camponesas, além de uma ampliação sistemática da corrupção governamental-empresarial e do tráfico de interesses que só uma ditadura burguesa é capaz de promover e esconder. Ainda que tivesse havido o reforço da estrutura das empresas públicas, boa parte delas teve apenas a finalidade de inchar o Estado e dividir cargos públicos entre militares e empresários associados.

Ainda que o plano de industrialização de Geisel, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), tivesse sido uma tentativa de recuperar o salto de desenvolvimento industrial que os próprios militares haviam frustrado em 64, não houve

como colocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento interno novamente, principalmente por ser um plano que batia de frente com a contradição inerente ao seu tempo. Dentre essas contradições estava a opção por empréstimos a juros baixos e voláteis, disponíveis na década de 1970 que, ao mesmo tempo em que produziram um “milagre” econômico, resultaram em uma dívida externa, que explodiu na década de 1980, quando o aumento dos juros internacionais fez o Estado brasileiro entrar em crise de pagamentos, o que gerou uma profunda inflação.

A história que se segue e as análises deste artigo procuram reproduzir este contexto de formação de um quadro político, econômico e social dramático, que será resolvido por uma escolha que se vale da velha estrutura da dependência econômica agroexportadora e do vínculo corrupto e perverso entre as elites nacionais e seus líderes – as elites hegemônicas externas – na condução de uma política nacional ausente de qualquer soberania e submetida aos organismos internacionais do imperialismo, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, colocando o Brasil novamente num patamar de modernização conservadora e dependente. É exatamente o que já haviam denunciado Florestan Fernandes, Celso Furtado e Darcy Ribeiro, num processo comandado por um intelectual tido por príncipe da sociologia nacional, Fernando Henrique Cardoso, mas que

de príncipe carregava apenas aquela clássica expressão da aristocracia em “O Leopardo”, “é preciso que tudo mude, para que tudo continue como está”. E o jovem príncipe nacional, que nunca tinha se aproximado em nada daqueles três gigantes do pensamento nacional, há pouco citados, conduziu a velha política da dependência, agora sob um manto modernizante e propagandeado pelas agências burguesas de comunicação de massas, de formação do que chamamos aqui de “opinião pública” – ou confusão pública – e que consiste fundamentalmente em um perverso processo econômico-ideológico de convencer as massas que a dependência externa, o privilégio do grande capital e o atraso técnico-industrial, assim como a perda sistemática de direitos sociais seriam, em si e por si, o caminho para o paraíso das liberdades capitalistas. O que se tem visto como resultado disso é a abertura de um caminho para uma ampliação do inferno, desde antes já conhecido, ou, como aquele belo poema japonês expressou, estamos nós “sob o teto do inferno, distraídos com flores”.

### **Dependência e modernização no Brasil**

Os elementos específicos da fundação da sociedade brasileira, baseados em um modelo latifundiário e escravista fazem parte da estrutura econômica, política e social, de modo que geram uma relação de produção muito específica (MAZZEO, 2015), diferente dos

moldes experimentados nos países capitalistas centrais.

A transição – claramente não-clássica – para o capitalismo no Brasil, então, é marcada por uma visão estreita do dinamismo do mercado interno e destina-se a impedir qualquer crescimento a partir de dentro. Prevaleceram os interesses do setor agroexportador e o ímpeto modernizador não teve forças suficientes para engendrar um rumo diferente, já que promovia mudanças com a aristocracia agrária e não contra ela. Qualquer semelhança com os desdobramentos ulteriores do capitalismo brasileiro não é, portanto, mera coincidência (BEHRING, 2009, p. 77).

Entretanto, mesmo sem revoluções estruturais, surgiu no Brasil uma divisão de classes burguesas, particularmente com a crise de 1929, que impulsionou uma parcela da elite nacional a buscar o desenvolvimento técnico-industrial, particularmente entre as décadas de 1940 até meados de 1970. Entre os anos de 1940 e 1960, período que compreende a Era Vargas, diversos direitos foram concedidos aos brasileiros, entre os quais se destacam as garantias trabalhistas com a Consolidação das Leis Trabalhistas e a criação de uma agenda pública para as áreas da saúde e da educação. É a primeira vez na história do país que o Estado brasileiro irá agir estrategicamente, seguindo o eterno modelo ideal europeu e norte-americano e, assim, transformando o poder do Estado em uma máquina pública de desenvolvimento socioeconômico. Foi nesse mesmo período em

que se investiu na industrialização do país, como uma alternativa econômica ao monopólio da atividade agroexportadora que dominava a economia até então, que resultaram em saltos de modernização, que depois vieram a compor um país com certa complexidade econômica e renda social média.

Getúlio Vargas implementa uma política industrializante em um país que havia sido até então eminentemente agrário. Nesse âmbito, ele se singulariza por ter conseguido dar os primeiros passos na direção da construção entre nós do que Marx chama, em *O Capital*, de setor I da economia: aquele que se refere às indústrias de bens de produção que vão poder, depois, permitir a construção das indústrias de bens de consumo propriamente. O aproveitamento de ferro, aço, cimento e petróleo, possibilitando siderurgias, estradas e fornecimento de energia, é um pressuposto para as indústrias de bens de consumo que seriam construídas a partir da década de 1950, muito especialmente sob o governo de Juscelino Kubitschek (SOUZA, 2017, p.110-111).

Todavia, o Estado brasileiro comandado por Vargas, mesmo com a concessão de direitos sociais e a industrialização financiada pelo governo, estava longe de alcançar os patamares do Estado de Bem-Estar Social que a Europa havia, por medo do avanço comunista da União Soviética, construído após a segunda grande guerra imperialista mundial. O governo Vargas instaurou no país algo mais voltado ao liberalismo, com características próprias, por ter sua base eleitoral na classe dos trabalhadores,

mas com o intuito real de formar uma classe burguesa forte, num cenário onde a classe média estava em formação. Essa classe média brasileira é um fator muito importante na história atual do país, porque está entre a classe trabalhadora braçal menos qualificada e os grandes proprietários. É uma classe totalmente heterogênea, “fragmentada, perpassada pelo individualismo competitivo, desprovida de um referencial social e econômico sólido e claro” (CHAUÍ, 2016, p. 19), mas que ao longo do tempo vai encontrar pontos comuns com o discurso moralista e a busca pela liberdade, e cujo apoio é essencial para a manutenção do sistema.

[...] a classe média tende a suprir a experiência de um tempo descontínuo e efêmero com o imaginário da ordem e da segurança, que introduziria permanência temporal e espacial. Desejo de ordem e segurança também, porque em decorrência de sua fragmentação e de sua instabilidade, seu imaginário é povoado por um sonho e por um pesadelo: seu sonho é tornar-se parte da classe dominante; seu pesadelo, tornar-se proletária. Para que o sonho se realize e o pesadelo não se concretize, é preciso ordem e segurança. Isso torna a classe média ideologicamente conservadora e reacionária, e seu papel social e político é assegurar a hegemonia ideológica da classe dominante (CHAUÍ, 2016, p. 19-20).

E para garantir esse apoio da classe média brasileira é que a classe burguesa se utiliza das ferramentas que ajudaram a criar um consenso sobre a necessidade do

neoliberalismo e de toda política que foi adotada em seu nome, tais como meios de comunicação, influência de intelectuais e professores universitários, economistas do sistema financeiro. Neste contexto, podemos dizer que então, o Brasil parte do liberalismo instaurado por Getúlio Vargas, passando pelo período de ditadura militar (1964-1985), no qual qualquer avanço nos direitos sociais foi estrategicamente pensado para o controle das massas, principalmente por ter sido um regime que extinguiu a liberdade política e civil, para finalmente avançar ao modelo neoliberal a partir dos anos 90, influenciado pelos países da Europa e pelos Estados Unidos. O país adentrava à nova década com uma superinflação, baixo nível de investimento público e privado, com uma dívida externa que ultrapassava US\$ 100 bilhões e com uma grande crise social (BEHRING, 2009), fatores que contribuíram bastante para arar o terreno onde o neoliberalismo seria plantado.

### **Da tentativa de modernização à virada neoliberal**

Contudo, as particularidades existentes no Brasil, como país periférico no universo capitalista que, em grande parte de sua existência, buscou internalizar os modelos político-econômicos ideais dos Estados Unidos e da Europa, fizeram com que, mesmo caminhando em direção à implementação do

neoliberalismo, a Constituição Federal de 1988 fosse formulada totalmente baseada em um Estado capitalista intervencionista, garantidor dos direitos individuais e sociais – reflexo do fim da ditadura militar e das consequências de um governo autoritário. Vale salientar que sendo baseada no Welfare State, a Constituição Federal promulgada em 1988 no Brasil, sempre teve como objetivo servir aos ideais capitalistas e seus desdobramentos. Portanto, logo foram definidos os rumos do país em direção ao fortalecimento desse sistema, que deixaria para trás os avanços desejados pela sociedade brasileira quando da criação da Assembleia Constituinte. Fernando Collor de Melo foi eleito presidente do Brasil em 1989.

Outro marco da entrada do país no modelo neoliberal foi o Consenso de Washington (1989) quando o governo norte-americano reuniu representantes dos países latinos com organismos financeiros internacionais – como Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – para uma análise de um cenário de possível desenvolvimento. É importante destacar que, neste momento, não houve nenhuma discussão sobre os direitos sociais. A saúde, educação, distribuição de renda, previdência social, eliminação da pobreza, direitos trabalhistas, entre outros, não tiveram espaço para serem debatidos, evidenciando os objetivos do modelo neoliberal, que eram a desregulamentação da economia nos países latinos, a fim de que

promovessem uma abertura financeira e comercial para atrair investimentos estrangeiros diretos, liberalizar o câmbio, privatizar todas as empresas públicas e reduzir a participação do Estado nas políticas públicas. É importante sempre lembrar que o modelo neoliberal foi constituído em e para um mundo globalizado, no qual é possível estender as fronteiras dos países capitalistas centrais para os países periféricos. Assim, se pode manter a pobreza, a fome, a falta de estrutura básica e de moradia, os problemas de segurança pública e a imensa desigualdade social alocados nos países sem desenvolvimento, enquanto os países centrais desenvolvem-se à custa dessa exploração, ao mesmo tempo em que bradam serem exemplos de como o modelo capitalista deu certo.

Apesar de o Consenso de Washington não possuir caráter normativo, o encontro ganhou muita força no Brasil, tendo como aliados a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e o governo de Collor. O papel da Fiesp foi o de incentivar a agricultura de exportação como solução para a crise, na contramão do que deveria ser o seu propósito principal: fomentar o processo nacional de industrialização; ao mesmo tempo em que eram lançados os Planos Collor 1 e 2, que vislumbravam sucatear o capital estatal, substituindo a tecnologia nacional pela internacional em uma busca pela modernização capitalista (ANTUNES, 2004).

O Consenso de Washington também baseou o programa de governo do, então candidato à presidência, Fernando Henrique Cardoso, que após vencer a eleição, passou a implementar a agenda comandada pelos Estados Unidos e pelo Banco Mundial. O Plano Real (1994) foi importantíssimo nesse processo, pois, nessa época “havia no mundo uma massa de capitais internacionais à procura de oportunidades de investimentos. Atrair para dentro do país passou a ser o foco da política econômica brasileira” (CODAS, 2002, p. 274). A política de privatizações e a abertura do capital para investidores estrangeiros e especuladores colocaram o Brasil como país servil aos anseios do capital internacional, em um movimento que vai de encontro à soberania nacional, prevista na Constituição Federal de 88, porque entrega aos países centrais e aos órgãos supranacionais as decisões político-econômicas que deveriam ser tomadas por nosso governo.

Os anos 90 até os dias de hoje têm sido de contrarreforma do Estado e de obstaculização e/ou redirecionamento das conquistas de 1988, num contexto em que foram derruídas até mesmo aquelas condições políticas [fortes para a realização de reformas efetivas] por meio da expansão do desemprego e da violência (BEHRING, 2009, p. 147).

É no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que o projeto neoliberal no Brasil passa a ser escancarado, porém,

sempre com um discurso disfarçado de social, que buscava ofuscar o objetivo principal do modelo econômico no país. Todos os direitos sociais passaram a funcionar em torno do modelo neoliberal por meio de contradições: trabalhador sujeito ao capital, bem-estar sujeito ao consumo, consumidor sujeito à mercadoria, essência de vida baseada no trabalho. Ao mesmo tempo em que afirmava incentivar o desenvolvimento interno, o então presidente FHC implementou um processo de privatizações e desindustrialização subordinado à ordem mundial; dizia que era preciso combater a pobreza, mas contribuiu fortemente para a degradação da saúde e das escolas públicas, principalmente as de ensino superior (diminuindo o repasse de verbas da União para as universidades federais), e para o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários. O foco na economia – externa – prosseguia com o objetivo de transformar os direitos sociais em mera mercadoria, que deveria desenvolver-se como qualquer outro serviço no livre mercado ou, então, que deveria desenvolver a própria sociedade, a fim de inseri-la, cada vez mais, neste mercado capitalista.

Para contextualizar, nesse momento, o Brasil tinha uma democracia ainda adolescente e um desenvolvimento interno capenga, que nunca conseguiu colocar o país no mapa das potências capitalistas, por desenvolver-se com as sobras daquilo que não era interessante à economia externa. Baseado no Consenso de

Washington, Fernando Henrique Cardoso fez com que as orientações do Banco Mundial fossem cada vez mais influentes, pautando o seu governo pela cartilha americana. Eis o cenário em que o Banco Mundial se insere com força no Brasil: primeiramente, afirmando intervir apenas nas questões econômicas, mas produzindo relatórios e pesquisas que demonstravam que havia necessidade de desenvolvimento no âmbito social para que a economia pudesse prosperar. Não que estivessem errados, mas traziam por trás um interesse muito grande em transformar o investimento nessas políticas sociais em algo rentável dentro e fora do país.

Nesse sentido, o Banco Mundial foi de órgão supranacional meramente econômico para estimulador da necessidade de desenvolvimento, principalmente nos países periféricos. As análises feitas pelo órgão, muitas vezes em parceria com outras organizações supranacionais, como a ONU, por exemplo, demonstravam a extrema necessidade de investimento em desenvolvimento em setores como educação, saúde, moradia, transporte e, para que os países periféricos, como o Brasil, conseguissem buscar esse desenvolvimento, o BM era quem emprestava o dinheiro sob as suas próprias condições.

A conta é simples, os governos seguiram as orientações dadas pelo Consenso de Washington, com viés totalmente neoliberal, e sob o mito do desenvolvimento privatizaram

seus serviços estatais, aumentaram as exportações e avançaram no desmonte dos direitos sociais que haviam construído até então, por serem orientados de que esses direitos não podiam ser patrocinados pelo Estado. Logo, a saúde, a educação, o transporte, a moradia entraram em crise, e esse mesmo governo buscou empréstimo internacional para tentar conter o estrago que ele mesmo havia causado. E não há qualquer contradição nisso. Tendo em vista que o BM serve à lógica neoliberal, o investimento que propõe para os países periféricos nunca foi ou será para mudar o cenário de desenvolvimento social ou para colocar o país entre as dez principais economias do mundo. Esse investimento é apenas paliativo e busca patrocinar a conservação da estrutura de desigualdade social interna e de servidão colonial moderna.

O que ocorre na prática é que:

as “instituições financeiras internacionais”, eufemismo para se referir ao BM e ao FMI, recomendam calorosamente umas políticas que geram pobreza e exclusão social e, ao mesmo tempo, encomendam numerosas pesquisas sobre o tema e manifestam sua consternação pelo agravamento do flagelo da pobreza na América Latina (BORON, 2000, p. 102).

Mas, voltando à história dos direitos sociais no Brasil, o pouco de direitos que o brasileiro vinha adquirindo entre os anos 80 e 2000 era resultado de algumas lutas sociais

importantes, mas todos – sem exceção – estavam sendo transformados, pouco a pouco, em mercadoria. O mesmo ocorreu com as terras da Reforma Agrária, que teve início ainda no governo de FHC. Segundo informações do próprio governo, entre os anos de 1995 e 2000, cerca de 2,4 milhões de pessoas teriam sido beneficiadas com 18 milhões de hectares de terras que deixaram de ser propriedade dos grandes latifundiários e passaram para as mãos dos pequenos produtores (DOMINGOS, 2002). Entretanto, essa transferência de terras ficou conhecida como “reforma agrária de mercado”, pois, de acordo com o governo, os meios legais para consolidar o programa eram muito burocráticos e demorados, portanto, passou a ser feita por meio de “operações normais de compra e venda, com cláusulas de financiamento que permitissem aos beneficiários condições ‘sustentáveis’ de acumulação e melhoria da qualidade de vida” (DOMINGOS, 2002, p. 53-54). Novamente, restou nítido que as reformas sociais propostas por Fernando Henrique Cardoso tinham como objetivo principal fomentar o mercado e consolidar o Brasil no modelo capitalista (mesmo que atrasado em relação aos países centrais e que com suas particularidades), nesse sentido, seguir as ordens do Banco Mundial foi essencial para inserir o país no mercado internacional.

As privatizações, igualmente recomendadas pelo Banco Mundial e

pressionadas pelo mercado internacional, principalmente pelos Estados Unidos, também tiveram impactos sociais importantes no país, entregando ao capital estrangeiro serviços essenciais como o de energia, de telecomunicação, de extração de minérios, causando desempregos, direta e indiretamente, uma piora constante na qualidade da prestação dos serviços e uma perda de patrimônio irreparável para o Estado brasileiro.

Vendido politicamente como um pacote necessário para a “modernização” da economia, esse conjunto de medidas visava, em realidade, inserir ativamente o país no processo de mundialização financeira, colocando a economia brasileira como uma potência emergente. Datam daí as primeiras manifestações dos defensores desse modelo, que objetivavam apontar a Constituição de 1988 e os direitos que ela consigna aos cidadãos brasileiros como um entrave para o desenvolvimento do país (PAULANI, 2016, p. 71).

Desse modo, em nome do desenvolvimento econômico do país, tornou-se essencial a relativização dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. Em que pese o Estado ainda disponha de verbas para sustentar algumas políticas sociais, esses gastos foram diminuindo estrategicamente em detrimento da existência de dívidas públicas internas e externas, que foram prioridades no governo FHC. A implementação do modelo neoliberal aumentou em muito o endividamento público do Brasil e para garantir

que essas dívidas fossem pagas, os órgãos econômicos supranacionais – BM e FMI – pressionaram constantemente os governos brasileiros para que fosse produzido um “superávit primário nas contas públicas (isto é, a gastar com investimentos e atendimento à população muito menos do que arrecada com os impostos, de forma a que haja um farto excedente para pagar os credores do Estado)” (CODAS, 2002, p. 276).

### **Neoliberalismo, governo populares e golpismo**

O fim do governo FHC e a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva não implicaram em uma grande modificação da agenda neoliberal antes estabelecida. “Observa-se nas democracias ocidentais que as eleições mudam a equipe no poder sem, no entanto, mexer profundamente com os mecanismos econômicos de tomada de decisões” (ROSENFELD, 1994, p. 41). Lula manteve os privilégios da classe burguesa e de mercado e conseguiu alinhar a isso um investimento forte em políticas públicas assistencialistas, que surfaram na boa onda do crescimento econômico no país. O modelo capitalista geralmente permite que essas concessões sociais sejam feitas em épocas de crises pequenas e desenvolvimento econômico, desde que seja mantido o objetivo principal da classe

dominante – o acúmulo de capital. Contudo, sempre que surgir uma nova crise econômica, mesmo que local ou de menor impacto, essas políticas sociais serão revistas, reformadas, repensadas e dispensadas ou extintas.

Os governos seguintes, de Lula e Dilma, tiveram particularidades essenciais para entendermos os direitos sociais no Brasil atual. Apesar de manterem o pacto de manutenção dos privilégios da classe burguesa, o primeiro presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores foi capaz de implantar programas sociais assistencialistas com extensa cobertura no país como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa-Família”, que resultaram em uma retomada, mesmo que tímida, do Estado como garantidor dos direitos sociais e buscaram minimizar as desigualdades que vinham em uma crescente desde o início dos anos 90. Mas não foram esses programas os únicos responsáveis pela guinada do país rumo ao desenvolvimento. Ainda sob os comandos de Lula, houve uma expressiva diminuição do desemprego, o aumento do valor do salário mínimo e a expansão do acesso ao crédito (SINGER, 2012, p. 135). Além disso, houve investimentos do Estado em educação, com a criação de diversos programas como o Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A presidenta Dilma Rousseff tentou dar continuidade ao governo de Lula, criando alguns programas como o Ciências Sem Fronteiras e o Mais Médicos, mas se deparou com uma crise econômica, resultante da queda dos preços das commodities que, mais tarde, se transformou em uma crise também política. Os programas sociais não tiveram espaço para crescer e, muitos deles, sofreram cortes em seu orçamento. Segundo uma notícia veiculada pela jornalista Isabela Bonfim, na página Política do portal d'O Estado de S. Paulo, no ano de 2015, oito dos nove principais programas sociais do governo Dilma sofreram restrições orçamentárias. “No Orçamento aprovado em dezembro, o Pronatec caiu 44% em relação ao ano anterior. O Minha Casa Minha Vida sofreu corte de 58%”. Mesmo assim, ainda houve progressos no Brasil sob os comandos de Dilma, refletindo a política adotada por Lula. De acordo com o Banco Mundial (2019),

Entre 2003 e 2014, o Brasil viveu uma fase de progresso econômico e social em que mais de 29 milhões de pessoas saíram da pobreza e a desigualdade diminuiu expressivamente. O coeficiente de Gini [que mede a desigualdade da distribuição de renda] caiu 6,6% no mesmo período, de 58,1 para 51,5. O nível de renda dos 40% mais pobres da população aumentou, em média, 7,1% (em termos reais) entre 2003 e 2014, em comparação ao crescimento de renda de 4,4% observado na população geral.

Durante todo seu primeiro mandato, Dilma tentou manter a conciliação entre a

agenda neoliberal e a política assistencialista – herança de Lula – entretanto, com a crise econômica acontecendo e gerando resultados negativos não mais havia como agradar os dois extremos da sociedade brasileira. Nesse cenário de disputa velada de interesses, a classe burguesa, que domina os meios de produção, a mídia, as universidades e o próprio Estado, rapidamente adota as técnicas necessárias para manter-se no poder sem perder seus privilégios. Então, em 2016, grande parte da sociedade já está convencida sobre a necessidade do impeachment da presidenta.

O programa que seria implementado, caso fosse bem-sucedida a manobra para derrubar Dilma, já estava pronto e dado a público desde outubro de 2015. Tratava-se de Uma ponte para o futuro, documento programático produzido pelo PMDB [agora denominado MDB], partido do vice-presidente Michel Temer. A essência do documento é o resgate pleno da agenda neoliberal (o modelo perdedor nas eleições de 2014), purificando-a dos arroubos sociais dos governos do PT e retomando o processo de privatização, relativamente brechado nas gestões Lula e Dilma (PAULANI, 2016, p. 74).

Com o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer à cadeira de presidente da República, a ofensiva neoliberal ganhou força e implicou na propositura das reformas trabalhista e da previdência. Temer conseguiu colocar a agenda neoliberal em prática no pouco tempo que ficou à frente do país e foi seguido por Jair Bolsonaro, que desde

2019, quando assumiu a presidência, tem sido avassalador em destruir os direitos sociais que ainda existem no Brasil. Sem medo de escancarar os objetivos mais nefastos da lógica neoliberal de um país periférico, o atual presidente rasga repetidas vezes a nossa Constituição Federal, joga a soberania do país no lixo e a população, na miséria, flerta com o autoritarismo e se desfaz da nossa frágil democracia para agradar a alta burguesia brasileira e o mercado externo. Em tempos de crise econômica, política e sanitária, não há qualquer preocupação com a garantia do mínimo para a sobrevivência da população brasileira. Das diversas faces do capitalismo, não há dúvidas de que essa seja uma das piores.

O impeachment que tirou Dilma Rousseff do poder em 31 de agosto de 2016, então, abriu caminho para a volta de um neoliberalismo apressado e agressivo. Michel Temer, rapidamente, tratou de colocar em pauta a votação das reformas trabalhista e previdenciária e a proposta de emenda constitucional que criou limites para os gastos com direitos sociais, a PEC 55 (ou PEC 241), que ficou conhecida como ‘PEC do Teto’ ou ‘PEC do fim do mundo’. A proposta transformou-se em emenda constitucional (EC nº 95/2016) e freou os gastos públicos da União, limitando esses gastos ao mesmo valor do ano anterior, apenas corrigindo-o segundo a inflação, pelos próximos 20 anos. Segundo informou o site ElPaís, em dezembro de 2016,

o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deu declarações afirmando que o país não poderia continuar gastando mais do que arrecada e que era necessário recuperar a confiança do mercado para gerar emprego e renda (ALESSI, 2016). A EC nº 95/2016 impacta diretamente nos orçamentos das instituições públicas de forma negativa e contribui para o sucateamento dos serviços públicos. Tanto as reformas trabalhistas quanto a previdenciária foram aprovadas. Aliás, é nesse contexto de implementação agressiva do modelo neoliberal que Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil, cujo discurso, apesar de pouco aprofundado, demonstrou que seguiria a agenda de contrarreformas do rápido governo Temer.

## CONCLUSÃO

Apesar do fraco e instável governo de Jair Bolsonaro, a agenda neoliberal tem se mostrado ainda mais agressiva. Sob os discursos de Paulo Guedes e de todos aqueles que corroboram com a continuidade do modelo neoliberal, o “mercado” tornou-se uma entidade de vontade própria e que não pode ser contrariado. Assim como foi o Estado, quando de seu surgimento, atualmente o “mercado” é o nosso “Leviatã”. Em nome da estabilidade do mercado – que não existe no capitalismo – é permitido matar e deixar morrer. Todos os

resquícios dos poucos direitos sociais que os brasileiros tinham até agora estão sendo destruídos de tal forma que se esgota até a esperança de um dia recuperá-los.

O neoliberalismo não se resume apenas a um modelo de sistema de retirada de direitos sociais. Ele é mais profundo que isso e vem sendo implantado, aos poucos, em doses homeopáticas, no imaginário de todo o mundo capitalista, criando na população o sentimento muito aflorado de individualidade, destruindo qualquer possibilidade de socialização em razão de um bem comum. Se assim não o fosse, não haveria como qualquer presidente retirar os direitos e garantias da população dessa forma, jogando as pessoas no abismo da miséria e aumentando a desigualdade social desenfreadamente, sem que houvesse uma forte reação popular. E, ainda que houvesse alguma reação, os governos neoliberais não têm problema algum em tornarem-se autoritários ou ditatoriais para manterem a agenda à qual estão atrelados.

Que lembrem disso aqueles que ouviram o sr. Paulo Guedes falar em AI-5 nos últimos dias. Isso não foi uma bravata, mas a consequência inelutável e necessária de sua política econômica. Como se costuma dizer, quem quer as causas, quer as consequências. Quem apoia tal política, apoia também as condições ditatoriais para sua implementação. O neoliberalismo não é uma forma de liberdade, mas a expressão de um regime autoritário disposto a utilizar todos os métodos para não ser

contestado. Ele não é o coroamento da liberdade, só uma forma mais cínica de tirania. Por isto, é falaciosa a tentativa de alguns em vender uma diferença entre “economia” e “política” no Governo Bolsonaro, como se tudo estivesse bem na economia, enquanto o núcleo político do Governo afunda em flertes ditatoriais. Não: esta é a única política possível para tal economia. (SAFATLE, 2019).

O neoliberalismo é um projeto de longo prazo, que não começou agora e que, aparentemente, não está em vias de acabar. Está entranhado em quase todas as relações sociais, desde a educação primária, que já tem demonstrado o objetivo de tornar as pessoas cada vez mais individualistas e egoístas, preparadas para viver em um mundo no qual o seu igual é seu concorrente ou até seu inimigo, que não cria qualquer forma de empatia nos seres humanos, até a universidade que, cada vez mais forma pessoas técnicas para o mercado de trabalho, sem qualquer capacidade de crítica. E tudo isso reflete diretamente nas relações de trabalho e fora dele, na comunicação da grande mídia, nas opiniões dos líderes intelectuais e na falta de sentimento de pertencimento a uma sociedade única.

A sensação de que não há outra solução que não a política neoliberal ainda está muito presente, tão presente que é comum algumas populações apoiarem regimes autoritários em nome do neoliberalismo. Mesmo enquanto todos os seus direitos sociais e garantias

fundamentais são retirados, alguns cidadãos continuam por defender esse sistema como se fosse isso ou a barbárie e o caos. Quando na verdade, o caos já existe. Uma política que se preocupa apenas com a economia, passando por cima de milhares de corpos mortos, resultantes da contínua diminuição dos investimentos em políticas públicas, só pode ser o caos – ou o inferno – e lutar contra a perpetuação desse caos, mesmo que pontualmente e, às vezes, de modo quase inexpressivo, é tentar resgatar a dignidade das vidas existentes nesse planeta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil. Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar a sua vida. **El país**. Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574\\_221053.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html)> Acesso em 01 ago 2019.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 1 ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. Vol 2. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BONFIM, Isabela. Em 2015, 8 dos 9 principais programas sociais do governo perderam recursos. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-m-2015--8-dos-9-principais-programas-sociais-do-governo-perderam-recursos,10000015446>> Acesso em 01 ago 2019.

BORON, Atilio A. Os “novos Leviatãs” e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: GENTILI, Pedro; SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo II: Que Estado pra que democracia?** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 7-67.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CÈSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o Colonialismo**. Vedeta, São Paulo, 2020.

CHAUÍ, Marilena. A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo. In: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (Org.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 15-22.

CODAS, Gustavo. A dimensão internacional de um projeto excludente. In: SYDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). **Direitos humanos no Brasil 2002**. São Paulo: RSJDH, 2002. p. 273-279.

COELHO, Luiz Fernando. **Helênia & Devília: civilização e barbárie na saga dos direitos humanos**. 1. ed. Curitiba: Bonijuris, 2014.

DOMINGOS, Manuel. A “Reforma Agrária” de FHC. In: SYDOW, Evanize; MENDONÇA, Maria Luisa (Org.). **Direitos humanos no Brasil 2002**. São Paulo: RSJDH, 2002. p. 47-58.

G1. **Economia ‘modelo’ para América do Sul, Chile tem Previdência em cheque.** Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/22/economia-modelo-para-america-do-sul-chile-tem-previdencia-em-xeque.ghtml>. Acesso em 01 ago 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações.** 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os limites do Capital.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LAVAL, Christian. **Bolsonaro, Trump e o neoliberalismo hiperautoritário.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Ma5zlSI9gho>. Acesso em 30 jun 2019.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo.** Ideias e Letras, São Paulo, 2006.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil:** origens da autocracia burguesa. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: CLETO, Murilo; DORIA, Kim; JINKINGS, Ivana (Org.). **Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 69-75.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAFATLE, Vladimir. **A ditadura do Sr. Guedes.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2019-12-05/a-ditadura-do-sr-guedes.html>. Acesso em 15 mar 2021.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** 1. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. **Da intervenção do Estado no domínio social.** São Paulo: Malheiros Editores, 2009.